

Presos sem escolta

FABÍOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

Todos os dias, em algum Fórum do Distrito Federal, presos deixam de participar de interrogatórios porque faltam policiais para levá-los dos presídios até as salas de audiência. Os 718 agentes penitenciários e mais 320 bombeiros e policiais militares que cuidam de 7,5 mil encarcerados não são suficientes para garantir as escoltas. O resultado disso é a liberdade antecipada de criminosos. Juízes são obrigados a relaxar a prisão, porque os prazos judiciais não são cumpridos. Uma pessoa só pode ficar presa preventivamente por no máximo 81 dias. Após esse período, deve ser solta. Com os atrasos no processo, é isso que acaba ocorrendo.

As consequências são negativas tanto para a Justiça quanto para a própria polícia. Significa mais trabalho. Funcionários terão novamente de elaborar ofícios para intimações, oficiais de Justiça precisarão localizar de novo as mesmas testemunhas, o juiz terá de marcar nova sessão e os policiais farão novas diligências para prender mais uma vez o criminoso.

O problema ocorre em todos as regiões no DF que têm pontos de trabalho do Judiciário. As ausências dos presos nos interrogatórios são cada vez mais recorrentes, reclamam magistrados ouvidos pelo Correio. A quantidade de criminosos cresce diariamente, enquanto o quadro de agentes penitenciários é o mesmo desde 1994. Enquanto faltam profissionais, os juízes se vêem na obrigação de soltar acusados antes mesmo de uma eventual condenação. É o que tem ocorrido no Fórum de Santa Maria. Marcos André da Silva, 21 anos, acusado de assaltar um homem quando saía do Bradesco, no Sudoeste, obteve relaxamento da prisão depois de passar mais de 81 dias preso sem que a fase de instrução tivesse terminado.

Silva estava com mais dois comparsas. O crime foi no dia 8 de novembro do ano passado. Silva e os outros dois bandidos foram presos na fuga após levar R\$ 5 mil da vítima. Ele ficou detido no Complexo Peniten-

Marcelo Ferreira/CB - 29/6/06



EFETIVO DA GERÊNCIA PENITENCIÁRIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (GPOE) NÃO É SUFICIENTE PARA REALIZAR TODAS AS ESCOLTAS NECESSÁRIAS DE PRESOS ATÉ AS SALAS DE AUDIÊNCIA

“A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO DF CRESCE A CADA DIA, EM EVIDENTE DESCOMPASSO COM A NOMEAÇÃO DE NOVOS POLICIAIS”

Mauro Albuquerque, gerente da GPOE

círio da Papuda. Por duas vezes, o preso faltou às audiências, o que atrasou a fase de produção de provas. A defensoria pública pediu a soltura do acusado porque o prazo de prisão se esgotou e em janeiro deste ano ganhou a liberdade. Três meses depois, Silva acabou condenado a 5 anos e 4 meses. Mas a polícia já não o encontrou mais em casa para

fazer a prisão. Agora Silva é um foragido da Justiça.

O gerente da Gerência Penitenciária de Operações Especiais (Gepoe), Mauro Albuquerque Araújo, admite, em ofícios encaminhados aos magistrados, que a falta de policiais para realizar a escolta é o motivo para o preso deixar de comparecer às sessões. “O efetivo de policiais desta Gepoe mostra-se ainda pequeno para

atender a todas as requisições de réus presos oriundos da Justiça”, diz trecho do ofício. O Gepoe é o grupo especialmente responsável pelas realizações das escoltas.

O modelo é o mesmo, só muda o nome do preso, a data e o número do ofício. É muito comum encontrar em processos criminais de réus encarcerados esse documento. O Judiciário e o Gpoe, por motivos de segurança, preferem não divulgar o número de policiais disponíveis para escolta. Araújo reconhece “a situação lamentável”. O ofício que o Correio teve acesso destaca que “a população carcerária do DF cresce a cada dia, em evidente descompasso com a nomeação de novos policiais”. E explica que a gerência tem se esforçado para

cumprir as obrigações.

A dificuldade é ainda maior porque é necessário garantir a segurança dos próprios agentes. Cada preso tem que estar acompanhado de pelo menos dois policiais. “A falta de efetivo é uma realidade. Treinaremos esses técnicos penitenciários para que possam trabalhar com a escola de presos”, disse o presidente da Associação dos Agentes Penitenciários do DF (Agepen), Antônio Fernandes Filho.

O juiz José Aquino, assistente da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), tem ciência da falta de escolta no DF. Segundo ele, a situação não é nova. “O tribunal tem procurado administrar o problema. Os casos devem

ser analisados individualmente”, disse o magistrado, por meio da assessoria de imprensa.

O governo do DF promete acabar com esses transtornos no ano que vem. No início do mês passado, a Secretaria de Gestão Administrativa autorizou a Polícia Civil do DF (PCDF) a contratar uma instituição para conduzir a seleção pública. O concurso público deverá ser anunciado até o final de novembro. Serão oferecidas 1.600 vagas, destinadas a candidatos que tenham concluído o ensino médio. A lei de criação da carreira, de setembro de 2005, previa a contratação de 800 técnicos em 2005 e 800 no ano passado. Como os prazos não foram cumpridos, todas as nomeações deverão ser feitas em 2007.